

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

FELIPE DIAS DE PAULA

**ANTIAMERICANISMO: A CONSTRUÇÃO DE UMA TIPOLOGIA
TEÓRICA E EMPÍRICA**

PORTO ALEGRE

2014

FELIPE DIAS DE PAULA

**ANTIAMERICANISMO: A CONSTRUÇÃO DE UMA TIPOLOGIA
TEÓRICA E EMPÍRICA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro.

PORTO ALEGRE

2014

FELIPE DIAS DE PAULA

**ANTIAMERICANISMO: A CONSTRUÇÃO DE UMA TIPOLOGIA
TEÓRICA E EMPÍRICA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de ____ de 2014

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Rodrigo Stumpf González
UFRGS

Profa. Dra. Sonia Maria Ranincheski
UFRGS

Dedico este trabalho a meus pais, Mauro e
Jussara de Paula.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, por desde o início ter me proporcionado todas as condições para que hoje eu chegasse à graduação. Mauro, Jussara e irmão Rafael, muito obrigado pelas lições de vida e por estarem presentes em todos os momentos.

Agradeço a meus colegas e amigos, Bruno, Marina, Gabriel, Isadora, Diogo, Livi e Paulo Vitor, pelos momentos divertidos e engraçados que compartilhamos desde 2010. Estou certo de que a época da faculdade não teria sido tão boa sem vocês. Gostaria de agradecer em especial ao Gustavo, parceiro de intercâmbio cujo companheirismo e confraternização levou a uma amizade que com certeza ficará para a vida.

Agradeço aos amigos de longa data, Lucas, Leonardo, Camila, Fanny e Thatyane, por continuarem sendo os mesmos camaradas desde a época do colégio. Vocês são demais! Agradecimento especial ao Christiano, pela inestimável e criativa contribuição que deu a este trabalho durante suas fases iniciais.

Quero também agradecer imensamente a meu orientador e amigo, Henrique, pela disponibilidade e excelente contribuição na elaboração de todas as etapas deste projeto, e também pelo forte apoio que me foi dado nos momentos mais árduos do trabalho.

E a todos aqueles que fazem parte de minha vida,
Muito obrigado!

RESUMO

O antiamericanismo, fenômeno social que pode ser constantemente observado ao redor do globo, é um tema relevante das relações internacionais atuais. No entanto, a falta de um consenso quanto a definição desse conceito é um fator que dificulta sua compreensão. Por essa razão, este trabalho busca desenvolver uma tipologia teórica que permita avaliar o fenômeno sob múltiplas perspectivas, a fim de discernir suas variadas formas de expressão na realidade. Para tanto, será utilizado o conceito teórico de Tipos Ideais, proposto por Max Weber, para construir uma versão idealizada do antiamericanismo. Essa tipologia, baseada em cinco dimensões analíticas, será comparada com a realidade por meio de três casos empíricos de conflitos armados. Através dessa análise, pode-se concluir que o modelo aqui proposto se mostrou útil para compreender o antiamericanismo nesses tipos de casos, porém, para sua validação efetiva, essa tipologia ainda deve ser testada em outros casos empíricos além de conflitos armados.

Palavras-chave: EUA; Antiamericanismo; Tipos Ideais; Dimensões Analíticas

ABSTRACT

Anti-Americanism, a social phenomenon that can be constantly observed throughout the world, is a relevant topic in contemporary international relations. However, the lack of a general agreement regarding its definition is a factor which difficult its comprehension. For this reason, this paper aims to develop a theoretical typology that would allow the assessment of this phenomenon under multiples perspectives, in order to discern its varied forms of expression in reality. To do so, the theoretical concept of Ideal Types as proposed by Max Weber will be used in order to build an idealized version of Anti-Americanism. This typology, based on five analytical dimensions, will be compared to reality by means of three empirical cases of armed conflicts. Through this analysis, it's possible to conclude that the model proposed in this paper is useful to comprehend Anti-Americanism in such cases, but, in order to achieve its effective validation, this typology still needs to be tested in other empirical cases apart from armed conflicts.

Keywords: USA; Anti-Americanism; Ideal Types; Analytical Dimensions

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – As dimensões analíticas do tipo ideal de antiamericanismo.....	24
Quadro 2 – Análise de casos empíricos em função do tipo ideal.....	34

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EUA– Estados Unidos da América

URSS- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ONU- Organização das Nações Unidas

OTAN- Organização do Tratado do Atlântico Norte

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	CONSTRUINDO UM TIPO IDEAL DE ANTIAMERICANISMO.....	14
2.1	Dimensão Ideológica.....	15
2.2	Dimensão Econômica.....	17
2.3	Dimensão Cultural.....	18
2.4	Dimensão Religiosa/Moral.....	21
2.5	Dimensão de Política Externa.....	21
2.6	O tipo ideal de antiamericanismo.....	23
3	ANÁLISE DE CASOS EMPÍRICOS.....	25
3.1	Guerra do Vietnã.....	25
3.2	Conflito Israel-Palestina.....	28
3.3	Guerra do Iraque.....	29
4	OS CASOS EMPÍRICOS E O TIPO IDEAL DE ANTIAMERICANISMO.....	31
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
	REFERÊNCIAS.....	39

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata da construção de uma tipologia teórica do fenômeno conhecido como antiamericanismo. Este termo, nos dias atuais, já não é novidade alguma quando tratamos da atuação externa dos Estados Unidos, uma vez que jornais e outros veículos de mídia estão repletos de referências a ele. Ao mesmo tempo que imagens de bandeiras norte-americanas sendo queimadas são constantemente transmitidas ao grande público, discursos de governantes ocidentais denunciando manifestações hostis de grupos extremistas nos levam à conclusão de que o antiamericanismo é um tema relevante das relações internacionais. No entanto, apesar de extensivamente utilizado pelos meios de comunicação e por estudiosos de política internacional, ainda não há um consenso sobre sua definição precisa nem sobre sua abrangência. À primeira vista, ele aparenta ser algo relativamente simples de se conceituar. Uma rápida pesquisa em um dicionário nos definiria o termo como uma “Maneira de agir ou ideologia que se opõe ao que é americano; que se opõe aos EUA da América.” (<http://www.dicio.com.br/antiamericanismo/>). Outra fonte traçaria o seu conceito como “O medo ou desgosto de pessoas, políticas, cultura ou governo dos EUA” (<http://en.wiktionary.org/wiki/anti-Americanism>). Uma última definição descreveria o antiamericanismo como um “Conjunto de atitudes ou sentimentos antiamericanos ou de antiamericano” (<http://www.priberam.pt/dlpo/antiamericanismo>). Essas definições, no entanto, são vagas e não nos dizem de que maneira tal fenômeno se manifesta nem o que implica tal sentimento. Na tentativa de categorizá-lo, alguns diriam que o antiamericanismo descreveria uma antipatia sistemática a tudo o que tivesse relação com os EUA, enquanto outros o colocariam na posição de alguém que reage a algum aspecto da política externa norte-americana que lhe afeta. A falta de precisão na definição do termo acarreta em algumas dificuldades em sua compreensão, uma vez que ele é utilizado para descrever as mais variadas situações, e dificilmente a descrição de um caso particular possui características que coincidem com a descrição de outro.

Visto essa dificuldade em não somente de definir o antiamericanismo mas também de aplicar seu conceito a diversos casos, este trabalho tem como objetivo, a partir da construção de uma tipologia teórica, propor um conceito que não seja uma mera categorização rígida do fenômeno, mas um que permita analisar o antiamericanismo sob múltiplas perspectivas e assim servir de ferramenta para a sua compreensão. O primeiro passo seria então reconhecer que não estamos lidando com um conceito rígido, mas sim com algo de múltiplas manifestações. As incontáveis formas de expressão deste sentimento nos indicam que o

antiamericanismo se comporta como um fenômeno complexo, tomando corpo de diversas formas de acordo com o espaço, com o tempo e com as reações individuais que cada um absorve a partir das ações tomadas pelos EUA. Como Katzenstein e Keohane sugerem, há uma polivalência tão grande do simbolismo gerado pelo país norte-americano que isso acaba por gerar e difundir visões antiamericanas, uma vez que ações e valores associados a esse país ecoariam de forma diferente em grupos distintos, podendo até mesmo um mesmo componente ser simultaneamente visto de forma positiva por uns e negativa por outros (KATZENSTEIN; KEOHANE, 2006).

No estudo de um fenômeno social, a formulação de categorias rígidas mais dificulta do que auxilia na sua compreensão, uma vez que recairíamos na mera procura de casos que se encaixam e de casos que não se encaixam nessa categorização. A noção do antiamericano como um mero opositor sistemático certamente não serve para descrever o indivíduo que racionalmente identifica pontos da política externa norte-americana dos quais discorda. Ainda assim, ambos seriam descritos como antiamericanos, mesmo que o conceito de um não caiba na esfera do outro. Buscando solucionar esse problema, neste trabalho construiremos uma proposta de tipo ideal weberiano de antiamericanismo, a fim de que seja possível analisar o fenômeno sob múltiplas perspectivas. Um tipo ideal é um conceito de sociologia proposto por Max Weber, que argumentava que nenhum sistema de estudo de ciências sociais é capaz de reproduzir perfeitamente todos os aspectos da realidade, assim como nenhum conceito faria jus à grande diversidade de ideias e atitudes encontradas em um determinado fenômeno (<http://www.cf.ac.uk/socsi/undergraduate/introsoc/weber7.html>). Assim, a noção de tipos ideais contribui para o estudo sociológico na medida em que representa uma concepção na sua forma perfeita, mas que de forma alguma corresponde à realidade na sua totalidade, somente a partes dela. O tipo ideal weberiano pode auxiliar o observador na compreensão dessa realidade ao comparar o fenômeno em sua forma ideal com as suas manifestações na realidade. Um fenômeno social em seu estado ideal teria um conjunto de características que atuariam sempre de forma perfeita, possuindo um caráter independente entre si, e seriam definidas através de escolhas pessoais de quem analisa o fenômeno, servindo como método básico para efetuar um estudo comparativo. Segundo Weber, “Um tipo ideal é formado pela acentuação unilateral de um ou mais pontos de vista e pela síntese de um grande número de fenômenos individuais, difusos, discretos, mais ou menos presentes e ocasionalmente ausentes, os quais são arranjados de acordo com os pontos de vista unilateralmente acentuados em uma construção analítica unificada” (SHILS; FINCH, 1997, p.90, tradução nossa). Os tipos ideais são como instrumentos que nos permitem visualizar um fenômeno a

partir de suas características mais marcantes e significativas, sem, contudo, tentar classificá-lo de forma rígida (BRUUN, 2012). Ao manter uma perspectiva simples a respeito de um determinado fenômeno, podemos compará-lo à multiplicidade de casos existentes na realidade, casos estes que, em algum aspecto ou em outro, não podiam ser encaixados em nenhum conceito que tentasse classificá-los de forma absoluta.

Dito isso, a fim de construir este antiamericanismo ideal, no segundo capítulo deste trabalho nos debruçaremos sobre as características de sua forma perfeita, que dividiremos em cinco categorias, ou dimensões de análise. Serão elas as características de ordem ideológica, econômica, cultural, religiosa/moral e de política externa. Em seguida, no terceiro capítulo, faremos uma breve descrição de alguns casos históricos, e a partir deles, compararemos no quarto capítulo como o tipo ideal de antiamericanismo se comporta na realidade.

2 CONSTRUINDO UM TIPO IDEAL DE ANTIAMERICANISMO

Ao falarmos de antiamericanismo, talvez a noção mais comum que se forma em nossas mentes é a daquele personagem peculiar, quase que anedótico, que se opõe de forma automática a qualquer objeto de política relacionado aos EUA. A visão desse personagem é entendida como enviesada, tendendo sempre a discordar da posição norte-americana mesmo de antes de ele próprio possuir uma compreensão mais aprofundada sobre o tema em questão. A suposta parcialidade extrema encontrada nessa figura do imaginário e a sua muito difundida associação com o antiamericanismo faz com que o próprio termo adquira um status de rótulo pejorativo. O antiamericanismo, todavia, deve ser entendido como um fenômeno complexo, cuja expressão possui diversas ordens e motivações. Ao limitarmos sua definição a esse simplista “opositor ferrenho”, poderíamos não fazer justiça àqueles que de fato possuem argumentos comedidos para basear suas críticas. Ainda assim, é difícil dissociar o termo a essa noção superficial. Após os traumáticos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, talvez o povo norte-americano tenha, pela primeira vez, se feito a pergunta crucial: “afinal, por que eles nos odeiam?”. Buscou-se encontrar respostas para que tipo de força motivaria um grupo estrangeiro a atacar um poder hegemônico que até então era visto e entendido por muitos como benigno e benevolente. Estava claro que o antiamericanismo não era um fenômeno de expressão isolada, mas sim um sentimento amplamente presente ao redor do globo, tanto em lugares onde sua política externa e poder econômico atuam diretamente quanto em lugares nos quais, à primeira vista, não haveria alguma atuação direta sua. Restava ainda, porém, determinar o que era afinal um antiamericano e o que motivaria sua oposição aos EUA.

Não há, contudo, uma definição amplamente aceita do termo, uma vez que ele é utilizado para descrever uma gama de situações, cada uma com suas próprias características e peculiaridades. Enquanto George W. Bush o utilizaria como um termo pejorativo para aqueles que, segundo seu julgamento, odiariam os EUA e seu povo devido a sua liberdade e democracia, isto é, por essencialmente apoiarem o “lado do mal”, outros identificariam expressões antiamericanas em protestos legítimos a questões pontuais de sua atuação política (O'CONNOR, 2004). Para preponentes de pensamentos identificados com ideologias de esquerda, a hegemonia emanada do país norte-americano estaria pondo em prática um novo imperialismo, cuja força irresistível exerceria não somente um domínio político, econômico e cultural, mas que também propagaria sua própria noção de um padrão ideal de sociedade para o restante do mundo. Esse poder de dominação coexistiria, naturalmente, com forças de

resistência ao império norte-americano (HARDT; NEGRI, 2001). Em outras palavras, por não haver uma definição bem estabelecida, o termo “antiamericanismo” acaba sendo utilizado muito frequentemente para as mais amplas situações, muitas vezes meramente baseado na impressão que causa em vez de na razão e nos fatos (O'CONNOR, 2004), o que acaba resultando assim em impressões inexatas das diversas manifestações que são descritas como antiamericanas.

Em uma tentativa de propor uma tipologia que auxilie na identificação de expressões antiamericanas, abordaremos o fenômeno a partir da formulação de um tipo ideal que nos permita compará-lo com os mais diversos casos empíricos. Cabe ressaltar que a construção ideal que iremos propor de forma alguma representa a realidade como um todo, sendo não mais que um suporte comparativo para definirmos de que forma este antiamericanismo ideal se comporta no mundo real. Para isso, separaremos as suas diversas manifestações em categorias, ou dimensões analíticas, para então determinarmos as características do antiamericano ideal. As dimensões analíticas não são mutuamente exclusivas entre si, ou seja, cada caso da realidade, quando confrontados com este tipo ideal, pode apresentar características de mais de uma dimensão. As dimensões analíticas são perspectivas que abarcam, cada uma, expressões limitadas do fenômeno, de acordo com as características que abrangem. Para o caso em questão, identificamos que o antiamericanismo se manifesta majoritariamente em cinco níveis de análise: ideológica, econômica, cultural, religiosa/moral e de política externa. Cabe agora definir com maiores detalhes o que representa cada uma delas.

2.1 Dimensão Ideológica

A dimensão ideológica engloba o espectro da ideologia política, definido pelos estudos sociais como um conjunto de ideais, doutrinas e princípios cujo objetivo é delimitar como a sociedade deve ser organizada e de que forma ela deve ser conduzida para atingir esse fim. As diferentes ideologias políticas existentes são embasadas no que consideram ser a melhor forma de governo (seja democracia, autocracia, anarquia, califado, etc) e o melhor sistema econômico (seja capitalismo, socialismo, etc). No caso norte-americano, podemos assinalar com certa clareza que a ideologia política comumente associada a esse país envolve o exercício e disseminação da democracia como o regime político preferencial de uma sociedade moderna e secular, assim como a sua ampla identificação como o maior expoente do modelo socioeconômico capitalista na atualidade. Assim sendo, podemos elucidar que o

antiamericano ideal definido anteriormente teria uma postura de oposição ao capitalismo e à democracia como regime político, além de uma hostilidade frente a um suposto imperialismo norte-americano.

O modelo socioeconômico conhecido como capitalismo se faz presente nas relações de trabalho e produção há séculos, podendo remontar desde a Revolução Industrial inglesa do século XVIII, quando novas tecnologias tornaram possível a produção em massa de bens de consumo. Esta nova lógica de inovação e busca da maximização dos lucros deu um salto extraordinário na segunda metade do século XX, caracterizada pelo fenômeno mundial que conhecemos como globalização, com aperfeiçoamentos nos transportes e comunicações permitindo o encurtamento de distâncias e a consequente expansão dos mercados em grande escala. No entanto, esse sistema é seguidamente alvo de críticas, sendo percebido por muitos como um consolidador de assimetrias entre componentes ricos e pobres tanto dentro de sociedades como entre estados. Os EUA, maior polo econômico e financeiro do período atual, é naturalmente associado à noção de capitalismo uma vez que não somente as políticas que exerce mas também a cultura que exporta estariam carregados com traços dessa corrente econômica, acabando assim por ser objeto de uma oposição ideológica vinda principalmente de defensores de outros regimes políticos.

Talvez uma das maiores características atribuídas por críticos do capitalismo à forma de atuação norte-americana seja o exercício e manutenção de uma ordem global identificada como um tipo de imperialismo, mesmo que os EUA rejeitem essa suposição. Segundo Hardt e Negri (2001), o mundo pós-Guerra Fria estaria testemunhando uma globalização de trocas não somente econômicas, mas também de valores, cuja manifestação global é controlada por uma força a qual chamam de Império. Esse Império norte-americano diferiria do antigo imperialismo dos estados modernos europeus do século XIX no sentido em que, ao contrário destes, a manifestação atual não se apoiaria em fronteiras fixas ou barreiras internacionais, nem nela se identificaria um polo territorial central de poder. O Império seria, no entanto, uma ordem global, fabricada e conduzida por apenas um vetor e que promove a criação de instrumentos nacionais e supranacionais no chamado mundo civilizado para que funcionem sob uma mesma lógica de atuação e sob um mesmo código moral. Segundo os autores, a dinâmica ético-política do Império apresentaria duas tendências:

Em primeiro lugar, a noção de um direito que é afirmado na construção de uma nova ordem que engloba todo o espaço do que ele considerava como civilização, um espaço universal e ilimitado; e em segundo lugar, uma noção de direito que engloba todo o tempo dentro de sua fundação ética. O Império esgota períodos históricos, sustém a história e invoca o passado e o futuro para dentro de sua própria ordem ética. Em

outras palavras, o Império apresenta sua ordem como algo permanente, eterno e necessário.
(HARDT; NEGRI, 2001, p. 11, tradução nossa)

Isso significa dizer que o padrão de sociedade reforçado por esse suposto Império é tido como norma natural de uma sociedade evoluída e civilizada. Tal ordem julgaria o passado sob as lentes de sua própria moral, além de pressupor que as relações humanas no futuro também se valeriam dela. Cabe ressaltar que a ordem do Império penetraria no mundo civilizado não pela força, mas sim através do direito internacional, ao apresentar sua perspectiva como sendo a serviço da paz e da estabilidade. Os estados, então, naturalmente absorveriam seus preceitos e adequariam suas políticas internas de acordo com eles, o que seria, segundo os autores, um exemplo de direito supranacional influenciando no direito doméstico. Assim, o Império comandaria um concerto global sob o pretexto da manutenção da paz e da estabilidade, conferindo a si mesmo se necessário o direito e o dever de “conduzir 'guerras justas' contra os bárbaros no exterior e contra rebeldes no interior” (HARDT; NEGRI, 2001, p.10, tradução nossa), ou seja, contra aqueles que ele julga não estarem de acordo com sua própria moral ética, generalizados como “o inimigo”. A intervenção internacional, muitas vezes sangrenta, não seria então mais utilizada apenas nos casos de violação de tratados, mas também se justificaria em lugares onde esses valores intrínsecos de justiça tenham sido transgredidos, através do consenso da existência de uma constante situação de emergência que ameaça os preceitos morais do Império, que agora passaram a adquirir o status de “valores universais” (HARDT; NEGRI, 2001).

2.2 Dimensão Econômica

Esta dimensão analítica abrange as reações negativas a aspectos das políticas econômicas exercidas e promovidas pelos EUA, bem como ao seu próprio poderio e influência no mercado global. Ao contar com a maior economia mundial, este país naturalmente desempenha um papel central na elaboração de práticas financeiras, cujo sucesso ou fracasso pode influenciar positiva ou negativamente na percepção das pessoas quanto à hegemonia econômica norte-americana. Atitudes de oposição aos EUA contidos nessa esfera têm sua origem desde percepções negativas relativas à sua própria dominância econômica, bem como a sua obstinação em promover o livre mercado no comércio global ao mesmo tempo em que lança políticas que visam proteger fortemente seus próprios interesses e

o de suas empresas.

A hegemonia econômica norte-americana atrai críticas em grande parte devido a sua estreita relação com o processo de globalização atual, fenômeno que Katzenstein e Keohane chamam de *globalization backlash*, no qual rápidas mudanças econômicas aliadas a incertezas advindas da dependência de mercados distantes podem encontrar resistência nos lugares que se mostrarem mais negativamente afetados por elas. O alvo dessas críticas recairia naturalmente sobre os EUA, o principal polo de pressão para a ocorrência de tais mudanças (KATZENSTEIN; KEOHANE, 2006). No entanto, é importante frisar que essa resistência ao fenômeno globalizante descrito nesta dimensão analítica não é focada na mera associação entre tal processo e o capitalismo em si, como instrumento fundamental de um novo tipo de imperialismo, uma vez que tal noção recairia sobre a dimensão ideológica. Em vez disso, ela deve ser entendida como uma manifestação pontual que identifica e reage a resultados insatisfatórios das políticas que prega. Hoffmann, em sua peça jornalística “Why Don't They Like Us?”, publicada logo após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 na revista *American Prospect*, argumenta que instituições regidas pelos norte-americanos, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, muito frequentemente ditaram políticas financeiras que se mostraram desastrosas para os países em desenvolvimento, o que por consequência reforçaria percepções negativas acerca da liderança dos EUA nos assuntos econômicos e seriam elas mesmas uma fonte de antiamericanismo.

Dessa forma, nosso tipo ideal de antiamericano congregaria os fatores econômicos que podem motivar reações desfavoráveis aos norte-americanos, sendo elas a resistência ao movimento econômico globalizante; a oposição ao livre mercado; hostilidade frente a hegemonia econômica norte-americana; e a acusação de que os EUA atuariam somente em benefício de seus próprios interesses econômicos.

2.3 Dimensão Cultural

Não é somente nos campos da economia e da política que o poder dominante faz sua influência ser sentida. Os EUA, talvez mais do que qualquer outro predomínio hegemônico que lhe tenha antecedido, conseguiu disseminar sua imagem e sua cultura para os quatro cantos do mundo ao longo do último século. Mais do que isso, exportou também um modelo idealizado de sociedade, o chamado “American Way of Life”, na qual a liberdade estaria no centro da busca pelo que considera uma vida de sucesso. A propagação dessa cultura é em

grande parte acentuada através das mídias de entretenimento, como filmes e grupos musicais, que há décadas penetram nos demais países e contribuem fortemente para uma gradual sincronização cultural entre as diferentes sociedades. Tal processo, no entanto, nem sempre encontra respaldo positivo do lado que recebe essa cultura. Além da crítica aos próprios valores por ela exportados, como apologias ao individualismo e ao consumismo exacerbado, setores de esquerda enxergariam a ocorrência de uma hegemonia cultural que estaria em curso.

O “American Way of Life” é identificado por William Herberg como a “religião comum” da sociedade americana, uma noção idealizada através da qual seus habitantes se definem e estabelecem uma unidade, sendo ela de caráter individualista, dinâmica e pragmática. É a mentalidade otimista cujo centro é o “American Dream”, ideia na qual qualquer indivíduo poderia alcançar sua preconcebida percepção de sucesso através de seu trabalho duro e seus feitos (HERBERG, 1955). A propagação desses costumes ocorre de diversas maneiras, notoriamente por meio da cultura popular, acarretando então na “americanização” dos valores das demais nações. É inegável que a cultura americana está fortemente inserida em outros países, uma vez que as produções de Hollywood atraem, na maioria das vezes, muito mais a atenção do público estrangeiro do que as próprias realizações locais. As empresas cinematográficas norte-americanas, como a 20th Century Fox, Walt Disney Pictures, Warner Brothers Pictures, Universal Pictures, Paramount Pictures e Columbia Pictures têm à disposição um orçamento muito maior do que as empresas estrangeiras do mesmo ramo, podendo assim utilizar seus recursos e tecnologia superiores para realizar filmes e séries televisivas de melhor qualidade, atraindo a atenção de espectadores em todo o mundo. Tais produtos, naturalmente, vêm carregados com valores norte-americanos, disseminando as tendências, costumes e o estilo de vida de sua sociedade. (CROTEAU et al., 2011). A indústria cinematográfica é, porém, apenas uma parte da influência dos EUA nas demais nações, uma vez que a exportação de marcas como McDonald's, Coca-Cola e Apple também contribuem para consolidar padrões de consumo e estilo de vida análogo ao dos norte-americanos. É por isso que, atualmente, não é nada incomum imaginarmos jovens do Sudeste Asiático, da América do Sul ou do Leste Europeu frequentando restaurantes de *fast-food* ou desejando adquirir o último modelo de telefone celular. A cultura americana penetra de forma tão forte nos demais países que hoje em dia é difícil dissociá-la das culturas locais.

A difusão de valores norte-americanos motiva, assim, a propagação de bens ocidentais e de uma cultura de consumo ao redor do globo. Este processo é visto por muitos como

benéfico, uma vez que promoveria também ideias como liberdade, democracia, igualdade e direitos humanos (<http://gsevenier.free.fr/culturalImperialism.html>). Mesmo assim, a grande aceitação desses elementos convive com percepções negativas a seu respeito. Um dos argumentos seria o de que a introdução da cultura norte-americana em outras culturas frequentemente entraria em conflito com os valores dessas nações, podendo resultar na própria erosão de suas tradições (CROTEAU et al., 2011). Para tentar explicar essa relação de admiração e oposição, Katzenstein e Keohane sugerem a existência de “identidades conflitantes” entre os valores dos EUA e os dos demais países. Nessa visão, a globalização midiática e a disseminação cultural norte-americana pode expor imagens que vão de encontro aos costumes locais ao mesmo tempo que gera atração.

Uma reação é de admiração e emulação, capturada pelo conceito de *soft power*. Porém outra reação é de antipatia e resistência. Os produtos de uma massa cultural secular [...] são fontes de um conflito internacional de valores. Eles trazem imagens de liberdade sexual e decadência, emancipação feminina e igualdade entre os sexos para os lares de comunidades patriarcais e autoritárias.

(KATZENSTEIN; KEOHANE, 2006, p.6, tradução nossa)

Uma última abordagem dessa dimensão analítica seria a resistência à cultura norte-americana encontrada em outros países igualmente ocidentais e seculares, como na Europa. Este tipo de antiamericanismo teria origens que remontariam ao século XVIII, quando era comum na França a crítica à falta de bom gosto, graça e civilidade nos hábitos e cultura estadunidenses. Tal visão era acompanhada de uma visão estereotipada na qual os americanos eram retratados como incultos, porém arrogantes e cheios de si. Com o crescimento de seu protagonismo após a Primeira Guerra Mundial, tal crítica à sociedade norte-americana passou a englobar o individualismo, materialismo e industrialismo de sua sociedade, como as encontradas no filme *Tempos Modernos* de Chaplin, o que afetaria a beleza e variedade da cultura ocidental (O'CONNOR, 2004). Outro aspecto atualmente criticado da cultura dos EUA seria o suposto consumismo enraizado em sua sociedade, associado à visão estereotipada do americano obeso por se alimentar mal. Benjamin Barber sugere que a disseminação da cultura popular norte-americana teria criado o que ele chama de “McWorld”, que gera ressentimentos mesmo em pessoas que acham atrativos alguns de seus aspectos (BARBER, 1995, apud KATZENSTEIN; KEOHANE, 2006, p. 5). Este tipo de hostilidade cultural pode não gerar retaliações violentas como atentados à bomba contra os EUA, mas poderia ser o que motivaria um europeu a bradar, na frente das câmeras de televisão, contra

restaurantes do McDonald's. (KATZENSTEIN; KEOHANE, 2006).

Assim, a dimensão cultural engloba as resistências e hostilidades a produtos culturais disseminados pela cultura popular estadunidense, bem como ao suposto materialismo, individualismo, industrialismo e consumismo de sua sociedade. Além disso, pode também ser encontrada uma visão de que a disseminação e absorção da cultura norte-americana seria uma ameaça para a sobrevivência dos costumes das outras nações.

2.4 Dimensão Religiosa/Moral

Fontes de expressões antiamericanas na esfera da dimensão religiosa teriam sua origem em processos semelhantes aos da dimensão cultural. Programas, filmes, músicas e produtos exportados pelos EUA carregariam consigo não somente uma série de valores, mas também um conjunto de morais e visões religiosas que, novamente, iriam de encontro à moralidade tradicional de outras sociedades. Faz-se aqui, então, a distinção entre essas duas dimensões analíticas: enquanto a cultural foca somente nos valores ocidentais e seculares exportados, a religiosa abrange também divergências religiosas quando tais imagens afetariam não somente sua cultura, mas também seu código moral e religioso. A disseminação de imagens relacionadas à cristandade ou ao sexo, por exemplo, com certeza não são das que mais agradariam aos muçulmanos, visto que atingem diretamente sua moral religiosa, porém isso não significa que eles não estariam abertos a outros elementos associados à cultura norte-americana, como a proliferação de restaurantes de *fast-food*. Se por ventura houvesse alguma objeção a estes últimos, ela não seria de ordem religiosa, mas sim cultural.

2.5 Dimensão de Política Externa

Por fim, a última parte de nossa construção de um antiamericanismo ideal englobará as ações da política externa norte-americana e as respostas que provocam. A intervenção político-militar norte-americana nas mais variadas disputas e conflitos não foi nada incomum ao longo do século XX, e sua atuação se mantém ainda mais constante após a fim da URSS e da ordem internacional bipolar. Apesar da imagem exportada pelos fazedores de política dos EUA seria a de que tais intervenções teriam se mostrado necessárias para a defesa da liberdade, democracia e direitos humanos mundo afora, suas atitudes são frequentemente

recebidas com reprovação dentro dos países que foram afetados por essas políticas e também por expectadores mais atentos. Da mesma forma que uma ação gera uma reação, a atuação da política externa norte-americana está relacionada com a imagem que é construída de si, podendo motivar inclusive expressões antiamericanas.

Stanley Hoffmann, professor emérito da Universidade de Harvard e crítico da administração Bush, argumenta em um de seus artigos justamente em favor dessa ideia muitas vezes desconsiderada.

O antiamericanismo em ascensão ao redor do mundo não é somente hostilidade com a nação mais poderosa, ou baseado nos velhos clichês de esquerda e direita; nem é somente inveja ou ódio de nossos valores. Ele é, na maioria das vezes, um ressentimento em relação a dois pesos e duas medidas e discursos contraditórios, de crassa ignorância e arrogância, de suposições errôneas e políticas dúbias. O fato de nossos líderes serem capazes ou não de autorreflexão em tempos de vitória militar pode afetar o planeta por um longo período de tempo.
(HOFFMANN, 2003, tradução nossa)

Tomando em consideração a elucidação de Hoffmann, é possível começar a enxergar melhor uma das várias facetas que o fenômeno estudado assume, na qual ações da política externa norte-americana produzem reações antiamericanas. Para identificarmos a natureza dessas ações, podemos tomar o conceito de *blowback* utilizado por Johnson (2004), segundo o qual as respostas retaliatórias, muitas das vezes inesperadas e obviamente indesejadas, têm como causa as operações secretas no exterior engendradas, apoiadas ou executadas pelos EUA e seus aliados. Tais operações geralmente têm como objetivo desde a deposição de um regime ou o assassinato de pessoas consideradas como ameaças, até a prática de terrorismo de estado contra populações estrangeiras (JOHNSON, 2004). Os motivos expostos por Johnson podem adquirir um caráter um tanto extraordinário aos olhos do público em geral norte-americano, surpresos com a mera suposição de que seu país pudesse ter se envolvido em ações dessa natureza, mas isso advém em parte do fato de que sua participação nessas intervenções são por muito tempo mantidas em segredo da população. O autor ainda argumenta na mesma obra que “isso significa que quando civis inocentes são vítimas de ataques retaliatórios, eles [o público norte-americano] são incapazes de colocar isso em contexto ou de entender a sequência de eventos que levaram a esse fato” (JOHNSON, 2004, tradução nossa). Muitos habitantes dos países que recebem essas intervenções, no entanto, as percebem e as mantêm vivas na memória, nutrindo um ressentimento que pode acabar em retaliação meses, anos e até mesmo décadas após a ocorrência dos fatos. Johnson cita alguns dos casos nos quais o envolvimento dos EUA é amplamente conhecido.

O povo americano pode não saber o que é feito em seu nome, mas aqueles no lado dos que recebem [as ações] certamente sabem, incluindo as populações do Irã (1953), Guatemala (1954), Cuba (1959 até o presente), Congo (1960), Brasil (1964), Indonésia (1965), Vietnã (1961-73), Laos (1961-73), Camboja (1961-73), Grécia (1967-74), Chile (1973), Afeganistão (1979 até o presente), El Salvador, Guatemala e Nicarágua (anos 1980) e Iraque (1991 até o presente). (JOHNSON, 2004, tradução nossa)

Cada uma dessas intervenções, fruto de uma política externa construída sob a lógica da Guerra Fria, carregou consigo a potencialidade de gerar *blowbacks* futuros. Se considerarmos que o mero sentimento de antipatia que muitas dessas populações venham a nutrir já é uma resposta indesejada *per se*, então é possível dizer que os EUA de certa forma já colhem reações adversas muito antes de elas gerarem *blowbacks*. As retaliações contra civis e militares norte-americanos seriam, então, a manifestação final desse ressentimento compartilhado, não significando um simples ataque à América, mas sim à sua política externa (JOHNSON, 2004). Ainda é importante ressaltar que o antiamericanismo gerado a partir das ações desempenhadas pelos EUA não é limitado ao território onde a operação foi realizada, podendo se espalhar para regiões vizinhas. A deposição de Salvador Allende da presidência do Chile em 1973 foi um golpe que trouxe consequências para não somente os setores de esquerda chilenos, mas também para a esquerda latino-americana como um todo, que agora, junto com a população, sabe do envolvimento decisivo norte-americano nesse e em outros golpes ocorridos no continente ao longo da segunda metade do século XX. Por essas razões, mesmo sinceras declarações em favor da democracia e direitos humanos expostas por governantes e diplomatas norte-americanos podem soar como hipocrisia na opinião dessas populações (JOHNSON, 2004).

2.6 O tipo ideal de antiamericanismo

Após a definição das cinco dimensões analíticas, podemos agora observar as formas mais relevantes de oposição e hostilidade aos EUA para cada uma dessas categorias, destacando assim as características que as compõem. Vale ressaltar que, por se basear nos tipos ideais weberianos, esta tipologia de maneira alguma é uma representação da realidade, sendo não mais do que um instrumento de auxílio para enxergar o fenômeno do antiamericanismo sob múltiplas perspectivas.

Quadro 1 – As dimensões analíticas do tipo ideal de antiamericanismo

Ideológica	<ul style="list-style-type: none"> - Oposição aos Estados Unidos por este ser a representação do capitalismo no mundo atual. - Oposição à democracia como regime político. - Denúncia de que os Estados Unidos estariam exercendo um novo imperialismo. - Oposição à hegemonia de poder que os Estados Unidos exercem.
Econômica	<ul style="list-style-type: none"> - Resistência ao movimento econômico globalizante. - Oposição ao livre mercado. - Hostilidade frente a hegemonia econômica norte-americana. - Acusação de que os Estados unidos atuariam somente em benefício de seus próprios interesses econômicos.
Cultural	<ul style="list-style-type: none"> - Penetração da cultura dos EUA é vista como uma ameaça à sobrevivência dos costumes das outras nações. - Resistência a produtos culturais norte-americanos. - Oposição ao individualismo, materialismo, consumismo e industrialismo de sua sociedade.
Religiosa/Moral	<ul style="list-style-type: none"> - Aversão a imagens exportadas pelos Estados Unidos que venham diretamente de encontro a morais religiosos locais.
Pol. Externa	<ul style="list-style-type: none"> - Oposição à ingerência norte-americana em outros países. - Oposição às ações unilaterais norte-americanas.

Elaboração do autor, nov. 2014.

3 ANÁLISE DE CASOS EMPÍRICOS

Formulado nosso tipo ideal de antiamericanismo, é preciso ainda confrontá-lo com a realidade para observar como ele se comporta diante das diversas manifestações do antiamericanismo. Para tanto, selecionamos três conflitos armados nos quais o papel direto ou indireto desempenhado pelos EUA gerou ressentimentos, críticas e hostilidades: a Guerra do Vietnã; o conflito Israel-Palestina e a Guerra do Iraque. Antes de partir para a análise desses casos frente ao modelo de tipologia proposto por este trabalho, faz-se necessária uma breve contextualização histórica de cada um deles.

3.1 Guerra do Vietnã

A Guerra do Vietnã, também conhecida como Segunda Guerra da Indochina, foi um conflito armado que envolveu a atuação militar direta dos EUA entre os anos de 1955 a 1975. Inserida no contexto da estratégia de contenção da disseminação do comunismo através da aliança militar do ocidente, a OTAN, bem como a da luta anticolonial por parte dos norte-vietnamitas, esta guerra detém o recorde de conflito mais longo (quase 20 anos) e impopular da história norte-americana (<http://www.digitalhistory.uh.edu/era.cfm?eraID=18&smtID=1>). Apesar da participação dos EUA ter de fato começado a ocorrer somente a partir de 1955, disputas ocorriam na região desde uma década antes, com a tentativa francesa em 1946 de recolonizar o país que havia acabado de proclamar sua independência. Contando com o suporte financeiro norte-americano, a política colonial francesa enfrentou 8 anos de resistência do movimento Viet-Minh, liderado por Ho Chi Minh, até que a derrota do exército francês levasse à convocação da Convenção de Genebra de 1954, resultando na divisão do país asiático em um norte comunista e um sul atrelado ao ocidente. Fora também marcada a realização de eleições para 1956, que decidiriam um governo unificado entre as duas facções. Tais eleições, contudo, nunca foram realizadas, uma vez que um golpe apoiado pela CIA derrubou a monarquia no sul e colocou em seu lugar um governo que cancelaria as votações. Este fato motivou o reaparecimento das guerrilhas comunistas, que passariam a atuar no Vietnã do Sul, no Laos e no Camboja (VIZENTINI, 2007). Agora encarregado da guerra na região, os EUA decidiram por colocar em prática uma interferência militar direta a fim de solucionar o conflito, com seu contingente armado sendo constantemente multiplicado a partir dos anos 1960.

Apesar da aparente superioridade aérea e tecnológica norte-americana, os

guerrilheiros *Vietcongs* conseguiram manter suas linhas de posição utilizando estratégias que fugiam das normas da guerra convencional, causando duras baixas ao exército estadunidense. Com a frustração aumentando e a moral cada vez menor, a fragilidade das forças norte-americanas foi evidenciada em 1968 durante uma operação norte-vietnamita que ficou conhecida como Ofensiva Tet, na qual suas tropas foram atacadas por combatentes comunistas numa série de investidas simultâneas por todo o país (VIZENTINI, 2007). Apesar de tal operação não ter conseguido cumprir com seu objetivo principal, que era depor o governo sul-vietnamita, a Ofensiva Tet foi um ponto de virada na guerra por derrubar a credibilidade dos EUA e gerar questionamentos dentro da própria população norte-americana a respeito da necessidade de seu envolvimento em um conflito que consumia não apenas muitos recursos financeiros, mas que também cobrava um preço alto pelas numerosas mortes de seus soldados (VIZENTINI, 2007). O governo de Richard Nixon, desiludido com o conflito e enfrentando severas críticas da opinião popular dentro e fora do país, iniciou a partir de então uma política de “vietnamização” da guerra, ou seja, treinar as forças do Vietnã do Sul e reforçá-la com equipamentos mais modernos a fim de permitir a gradual retirada do exército dos EUA e lhe permitir uma saída honrável (HUNT, 2014). Em 1973 foi assinado, então, o cessar-fogo entre o Vietnã do Norte e os norte-americanos, pondo fim à sua desastrosa participação numa guerra que continuaria até 1975, com a captura de Saigon pelos norte-vietnamitas e a conseqüente reunificação do país no ano seguinte.

A interferência estadunidense na Guerra do Vietnã é alvo de duras críticas desde a época do conflito até os dias atuais. Dentro dos EUA houve uma divisão entre aqueles que apoiavam (*Hawks*) e se opunham (*Doves*) a ela, com este segundo grupo se tornando a maioria cada vez que novas imagens dos campos de batalha eram documentadas nos noticiários. Howard Schuman (1972) sugere que o sentimento antiguerra nos anos 1970 dentro do país era forte, mas não era uma massa unitária, podendo ser dividido em duas classificações cujas motivações principais para sua oposição à guerra diferiam: uma moral, na qual criticava-se os efeitos devastadores do conflito para a sociedade e infraestrutura vietnamita ao mesmo tempo em que se denunciava a interferência do exército norte-americano como uma atitude imperialista e prejudicial para a autodeterminação daquele povo; e outra pragmática, que caracterizava sua oposição à guerra simplesmente pelo fato de ela utilizar recursos militares para uma luta que se mostrava quase impossível de se vencer, além da preocupação com as vidas dos soldados (porém apenas os norte-americanos). Por meio da aplicação de questionários a quase duas mil pessoas em universidades e no público geral da cidade de Detroit, ficou evidente que os universitários tendiam muito mais a colocar sua

oposição ao conflito dentro da classificação moral, enquanto o público geral que se opunha à guerra se encaixavam em sua maioria na visão pragmática.

Fora dos EUA, as críticas tendiam a recair muito mais sobre os aspectos morais e de legitimidade do conflito, motivados em sua maioria por preponentes de esquerda na Europa e em outras partes do globo, cujos partidos e movimentos de orientação de esquerda denunciavam a guerra como uma injustificável expressão da força do imperialismo norte-americano (O'CONNOR, 2004). O conflito no Vietnã foi a época em que a imagem da América virtuosa perdeu muito de sua credibilidade perante os outros países, inclusive seus próprios aliados (KANE, 2003), uma preocupação identificada claramente em um trecho do discurso antiguerra do ativista humanitário Martin Luther King.

A cada dia que a guerra procede o ódio cresce nos corações dos vietnamitas e nos corações daqueles de instinto humanitário. Os americanos estão inclusive forçando seus amigos a se tornarem seus inimigos. É curioso que os americanos, que calculam tão cuidadosamente as possibilidades de vitória militar, não percebem que no processo estão incorrendo em uma profunda derrota psicológica e política. A imagem da América jamais será novamente a imagem da revolução, liberdade e democracia, mas sim a imagem da violência e do militarismo.
(KING, 1967, apud GUERLAIN, 2007, p. 8, tradução nossa)

A imagem dos EUA permaneceu igualmente manchada dentro do Vietnã, onde o conflito é conhecida como a Guerra de Resistência Contra a América e na qual os guerrilheiros *Vietcongs* são referenciados como Exército de Liberação do Sul do Vietnã ou Frente Nacional para a Liberação do Vietnã. A guerra em si é retratada como uma resistência às forças coloniais, primeiro a francesa e mais tarde a norte-americana, em oposição à noção do combate à disseminação do comunismo como é vista nos EUA. Acontecimentos como o massacre de *Mỹ Lai*, a utilização em larga escala de napalm e a liberação de agente laranja nas plantações, que provocou efeitos colaterais na população vietnamita como doenças e má formação dos fetos, resultou em um profundo ressentimento contra os “invasores” do ocidente. Em 1975, foi inaugurado na cidade de Ho Chi Minh o Museu dos Vestígios da Guerra, repleto de imagens e artefatos militares que recontam a história do conflito segundo o ponto de vista do Vietnã do Norte. Tal museu, previamente conhecido oficialmente como Casa de Exibição para os Crimes dos EUA e seu Fantoche¹, é alvo de críticas por retratar o que alguns consideram imagens exageradas dos EUA através de propagandas antiamericanas.

1 O Vietnã do Sul era visto pelos norte-vietnamitas como um estado fantoche dos Estados Unidos.

3.2 Conflito Israel-Palestina

O conflito Israel-Palestina constitui uma série de lutas e disputas que datam desde a primeira metade do século XX até os dias atuais, tendo como centro a posse do território conhecido como Palestina. Antiga parte integrante do Império Otomano, tal região passou para o controle britânico em 1916, através um acordo secreto entre Reino Unido e França assinado após a desintegração do dito império (VIZENTINI, 2007). No ano seguinte, com a Declaração de Balfur os ingleses prometiam a criação de um lar nacional para os judeus na Palestina. As imigrações judaicas tiveram uma aceleração muito forte durante a Segunda Guerra Mundial, graças ao medo provocado pela perseguição nazista, e, ao término do conflito, aumentaram as pressões para o estabelecimento de um estado judeu na região, fomentadas pela pressão psicológica do holocausto (VIZENTINI, 2007). Após a decisão de partilha do território em uma parte judaica e outra árabe-palestina pela ONU, sob protestos dos países da Liga Árabe, foi proclamado em 1948 o Estado de Israel. A reação imediata da Liga Árabe foi a de entrar em guerra contra o recém-criado estado, porém suas forças, apesar de mais numerosas, eram mal organizadas e acabaram por perder o combate, permitindo a Israel um acréscimo em seu território, enquanto a Jordânia anexou a Cisjordânia e o Egito anexou a faixa de Gaza. Nos anos 1950, com o número de refugiados palestinos crescendo constantemente, foi fundado o grupo anti-sionista *al-fatah*, liderado por Yasser Arafat, assim como a Organização para Libertação da Palestina (VIZENTINI, 2007). Em 1967, ataques surpresa israelenses ao Egito, Síria e Jordânia deram início à Guerra dos Seis Dias, um sucesso militar de Israel, que com tal manobra conseguiu anexar a Cisjordânia, as Colinas e Golã e a Península do Sinai. Apesar de pedidos formais da ONU para que os territórios ocupados fossem devolvidos, Israel jamais acatou com tais resoluções. Como forma de recuperar os territórios perdidos, Egito e Síria lançaram, em 1973, uma série de ataques ao estado judaico que ficaram conhecidos como a Guerra de Yom Kippur, conseguindo por um breve período retomar o Sinai e as Colinas de Golã, mas que logo em seguida foram tomados de volta por Israel (VIZENTINI, 2007). Com o fim da URSS e a instauração de uma nova ordem mundial no começo dos anos 1990, foram tentados acordos de paz como os de Oslo (1993) e de Camp David (2000), mas que pouco fizeram para promover um entendimento efetivo entre as partes.

Os EUA, firmes apoiadores de Israel principalmente após a chegada de Richard Nixon à Casa Branca em 1970 (VIZENTINI, 2007), recebem constantes críticas devido a esse apoio, vindas em especial do Oriente Médio. O país norte-americano é acusado de formular políticas

tendenciosas em favor do estado judaico, o que contribuiria, aos olhos de muitos, para o arrastamento de um conflito que já dura mais de meio século, no qual parte da opinião pública mundial considera que a Palestina está de fato sendo ocupada. Segundo o historiador Eric Hobsbawm, a falta de suporte dos demais países ocidentais a guerras como a de Yom Kipur em 1973 evidenciaria o relativo isolamento dos EUA neste tema frente a seus próprios aliados, uma vez que estes estariam mais preocupados com o fornecimento de petróleo do Oriente Médio do que em apoiar manobras que Washington julgava como emergenciais (HOBSBAWM, 1994). A incapacidade norte-americana de persuadir Israel a cumprir com resoluções da ONU, inclusive aquela que pede a retirada de suas forças dos territórios ocupados em 1967, é vista por muitos no mundo árabe como resultado do esmagador “lobby judeu” nos EUA, e o constante avanço de assentamentos de colonos israelenses em territórios palestinos não contribuí para a melhora dessa imagem (HOFFMANN, 2001). O resultado dessas políticas seria, então, a proliferação de sentimentos antiamericanos não apenas no Oriente Médio, mas também ao redor do mundo, por pessoas e grupos que se sintam solidarizados com a causa palestina. Os efeitos desse antiamericanismo motivado pela conduta pró-Israel dos EUA ficou mais do que evidente nos atentados terroristas de 2001, com Osama Bin Laden afirmando, em um vídeo datado de 2000, que o país não seria nada mais que um fantoche de Israel, visão esta compartilhada pela Al Qaeda e por outros grupos extremistas (O'CONNOR, 2004).

3.3 Guerra do Iraque

Após os atentados terroristas de 11 de setembro, um clima de medo e paranoia tomou conta dos EUA. A ameaça terrorista nunca havia se feito tão real, e a busca pelos responsáveis levantou questões que antes os norte-americanos jamais haviam se feito – ou jamais quiseram se perguntar - “Afiml, por que eles nos odeiam?” (HOFFMANN, 2001). A administração Bush, já tendo colocado em prática sua retaliação contra os Talibãs no Afeganistão, aos poucos começou a sugerir uma conexão entre a Al Qaeda e o então presidente do Iraque, Saddam Hussein. Hoffmann sugere que o governo norte-americano, aproveitando-se do estado de choque de sua população com os recentes acontecimentos, teria de forma hábil manipulado esse medo a fim de promover uma opinião pública favorável a uma intervenção militar. Em primeiro lugar, proclamar-se-ia que os EUA estariam em guerra, porém não uma do tipo convencional (HOFFMANN, 2003). Este novo tipo de conflito, batizado de Guerra ao Terror, consistiria de um lado essencialmente bom contra um essencialmente mal. Bush

caracteriza o inimigo como opositores que “odeiam nossas liberdades – nossa liberdade de religião, nossa liberdade de expressão, nossa liberdade para votar” e completa comentando que ficava impressionado como “há um mal-entendido tão forte em relação ao nosso país que pessoas chegam a nos odiar. (...) Eu não consigo acreditar nisso porque eu sei quão bom nós somos” (JOHNSON, 2004, tradução nossa). Ao pintar essa oposição, Bush abria caminho para a criação de um sentimento de emergência, no qual a segurança nacional estaria constantemente em risco, sendo assim a intervenção contra os terroristas uma necessidade imediata.

Em segundo lugar, seria estendido o âmbito da Guerra ao Terror a estados que abrigariam e ajudariam terroristas, e, por último, alegar-se-ia conexões de grupos radicais islâmicos, como a já muito conhecida Al Qaeda, a estados considerados dentro do “eixo do mal”, como o Iraque (HOFFMANN, 2003). Ao denunciar a suposta existência de armas de destruição em massa neste país, Bush teria conseguido fazer a opinião pública reconhecer a urgência de uma intervenção contra o Iraque, agora retratado como um estado vilão, colaborador da Al Qaeda e uma ameaça à segurança norte-americana. Pondo em prática sua “Doutrina Bush” (<http://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/shows/iraq/etc/cron.html>), segundo a qual seriam lançados ataques preventivos contra perigos iminentes, o presidente estadunidense buscou suporte dentro e fora do país com seu pragmático discurso de “ou você está conosco, ou está com os terroristas”. Mesmo sem o aval da ONU, cujos inspetores não encontraram evidência alguma da existência de armas de destruição em massa no país árabe, os EUA lançaram sua invasão em 2003, junto com o Reino Unido, a Austrália e a Polônia, depondo Saddam Hussein e iniciando uma ocupação que duraria quase 10 anos até a retirada das tropas norte-americanas em 2011.

4 OS CASOS EMPÍRICOS E O TIPO IDEAL DE ANTIAMERICANISMO

Feita a descrição dos casos empíricos selecionados, é chegada a hora de observar como eles se comportam ao serem colocados dentro do modelo de tipo ideal de antiamericanismo que este trabalho propõe construir. Vale lembrar que nem as dimensões analíticas nem as características que as compõem são mutuamente exclusivas, uma vez que o mesmo caso pode apresentar fatores de dimensões diferentes.

No caso da Guerra do Vietnã, podemos imediatamente enxergar um elemento da dimensão ideológica: a visão norte-vietnamita de que o conflito sendo travado significava uma resistência local às forças coloniais. Aos seus olhos, as duas potências ocidentais possuiriam motivações imperialistas e egoístas para a sua invasão, buscando exercer sua dominação sobre os considerados mais vulneráveis. Tal visão é compartilhada por grupos em outras partes do mundo, mesmo dentro dos EUA, principalmente dentre aqueles identificados com políticas de esquerda. Além disso, a oposição ideológica também se dava pelo fato dos combatentes do norte se identificarem como comunistas, servindo de combustível para estimular sua luta contra seu nêmesis, o capitalismo, naturalmente retratado na figura de seu maior preponente, os EUA. Contudo, o mero fato de os norte-americanos exercerem uma hegemonia de poder não parece ser um motivo para ressentimento neste caso, uma vez que o sentimento antiamericano foi alimentado pela invasão do país em si. Não tivesse ocorrido tal interferência, talvez o antiamericanismo no Vietnã não teria chegado onde chegou. Do ponto de vista da dimensão econômica, não foi possível encontrar alguma relação entre o antiamericanismo e alguma das características desta dimensão. Apesar de os norte-americanos terem levantado um embargo contra o Vietnã de 1975 a 1994, quando as relações entre as duas nações começaram a se normalizar, tal atitude se daria muito mais por questões políticas do que econômicas. Quanto as dimensões cultural e religiosa, também não foram encontrados evidências suficientes que levasse a crer que possíveis divergências nessas esferas tenham desempenhado algum papel relevante no sentimento antiamericano. Segundo a dimensão de política externa, contudo, a Guerra do Vietnã foi um prato cheio para críticas, gerando ressentimentos devido aos EUA estarem promovendo, de forma unilateral, uma interferência militar num país estrangeiro.

No caso do conflito Israel-Palestina, a dimensão ideológica parece não se manifestar tão fortemente como no caso anterior. Não foi identificada uma oposição ao capitalismo norte-americano, nem um ressentimento pela sua posição hegemônica. Apesar de Israel ser considerado por alguns como uma das únicas democracias da região (por vezes a única), o

combate árabe contra este país nada tem a ver com uma oposição ideológica à forma de governo deste país. O antiamericanismo associado a este conflito possui, porém, uma forte dimensão de política externa, uma vez que reagem à interferência (mesmo que indireta) dos EUA e se reconhece a importância do apoio norte-americano para a sobrevivência do estado judaico. A incapacidade e falta de pulso estadunidense de fazer com que Israel cumpra com várias das resoluções da ONU, como aquela que clama pela volta das fronteiras para a configuração anterior a 1967, também é recebida com críticas por evidenciar um suposto desrespeito ao direito internacional, característico de nações que agem unilateralmente. Enquanto a dimensão cultural não parece desempenhar um papel relevante para o conflito, a dimensão religiosa, ao contrário, é determinante para inflamar os discursos contra os norte-americanos e seus aliados ocidentais. A denúncia de que os EUA e Israel representariam uma tentativa de dominação do mundo judaico-cristão sobre o mundo muçulmano contribui para a proliferação do fundamentalismo islâmico como forma de resistência a essas forças exteriores. Elementos morais são postos à prova, gerando hostilidades frente a imagem estereotipada dos “infiéis”. Por fim, no caso da dimensão econômica, não foi possível identificar alguma relação determinante com o antiamericanismo gerado neste caso.

No caso da Guerra do Iraque, a dimensão econômica desempenha um papel mais ativo, uma vez que denúncias ao redor do globo de que as verdadeiras motivações para a invasão norte-americana ao país árabe teriam sido supostamente devido a interesses econômicos, tendo em vista suas vastas reservas de petróleo que lá podem ser encontradas e exploradas. A dimensão ideológica se manifesta até certo ponto, uma vez que podem ser encontradas denúncias dos opositores a essa guerra de que a invasão seria fruto de ações imperialistas e exercício de dominância por parte dos EUA. De forma análoga ao caso do conflito Israel-Palestina, a dimensão cultural tem um apelo limitado no teor das críticas aos EUA, mas que por si só não constituem fatores relevantes do sentimento antiamericano que se desenvolve por causa da Guerra do Iraque. Entretanto, a dimensão religiosa novamente se faz notória, motivando mais uma vez o descontentamento muçulmano e a formação de novos grupos fundamentalistas, sendo o mais recente deles o Estado Islâmico. A dimensão de política externa, novamente, parece exercer papel predominante nas manifestações antiamericanas, uma vez que evidencia, talvez nunca antes de forma tão clara, a capacidade de atuação unilateral dos EUA quando seus interesses estão em jogo. A constante sugestão de que uma intervenção no Iraque seria não somente recomendada, mas sim fundamental para a segurança dos EUA e do “mundo livre” contra a “ameaça terrorista” foi determinante, porém após os inspetores da ONU não terem encontrado nenhuma evidência das armas de destruição

em massa no Iraque, como a administração norte-americana sugeria, o teor do discurso foi rapidamente mudado para a defesa da “democracia” e dos “direitos humanos”, e o ataque foi lançado assim mesmo, sem nem mesmo ter havido uma declaração formal de guerra. Além disso, os efeitos da guerra, com grandes perdas humanas e a destruição da infraestrutura do país, também pode ser considerado um motivador de hostilidades aos EUA.

Tomando como base essas conclusões preliminares, podemos traçar o Quadro 2, que representa um resumo do comportamento dos casos empíricos quando confrontados com as dimensões analíticas do tipo ideal de antiamericanismo.

Quadro 2 - Análise de casos empíricos em função do tipo ideal

	Guerra do Vietnã	Conflito Israel-Palestina	Guerra do Iraque
Ideológica	É possível identificar uma resistência ao que entendem ser o imperialismo das forças coloniais, visão compartilhada por outros grupos ao redor do globo. Além disso, pode-se também observar uma oposição ao capitalismo como sistema econômico e social.	Não foi possível identificar alguma manifestação de ordem ideológica para o antiamericanismo.	Há acusações de que a invasão ao Iraque tenha um teor imperialista na sua motivação.
Econômica	Não se manifestou de forma relevante.	Não se manifestou de forma relevante.	Interesses econômicos, especialmente os relacionados à exploração de petróleo, são tidos por alguns como uma das motivações para a guerra.
Cultural	Não se manifestou de forma relevante.	Não se manifestou de forma relevante.	Não se manifestou de forma relevante.
Religiosa/ Moral	Não se manifestou de forma relevante.	Tem um papel determinante ao retratar o conflito como uma interferência do mundo judaico-cristão no mundo muçulmano, inflamando a proliferação de grupos extremistas contra a dominação dos chamados “infiéis”.	Tem um papel determinante ao retratar o conflito como uma interferência do mundo judaico-cristão no mundo muçulmano, inflamando a proliferação de grupos extremistas contra a dominação dos chamados “infiéis”.
Pol. Externa	Hostilidade como reação natural à invasão de uma força estrangeira.	Gera reações negativas aos Estados Unidos ao ser reconhecida a importância do suporte norte-americano a Israel, além de denunciar características unilaterais de sua política ao não reforçar de forma satisfatória o cumprimento das resoluções da ONU por parte de Israel.	Evidência do teor unilateral da política externa norte-americana, que realizou a invasão sem possuir o aval da ONU. Além disso, gera-se um ressentimento natural frente a invasão de uma força estrangeira.

Elaboração do autor, nov. 2014.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscamos compreender o fenômeno social conhecido como antiamericanismo através da formulação de uma tipologia teórica que nos permitisse enxergar as suas diversas formas de expressão e compará-la com acontecimentos empíricos. Vimos que a falta de um consenso sobre o conceito desse termo é um fator que dificulta seu estudo e sua compreensão, uma vez que a abordagem que lhe é normalmente feita, em livros e pelos canais de mídia, tende a colocá-lo em classificações normativas. Enquanto um autor afirmaria que o antiamericanismo caberia essencialmente no grupo daqueles que nutririam uma visão estereotipada e preconceituosa em relação aos EUA, outros o compreenderiam como reações naturais e racionais de grupo e indivíduos que tenham, de alguma forma, se sentido lesados por ele.

Argumentamos que aquele que pensa no antiamericanismo como construção social não deveria tentar classificá-lo em categorias rígidas, mas sim, admitindo sua intrínseca complexidade, buscar analisá-lo a partir de uma posição privilegiada, um ponto de observação acima do mundo social. Ao não observar tal manifestação como uma massa sólida, isto é, à procura de exemplos que caibam ou não caibam em sua descrição, nos seria permitido enxergá-lo sob múltiplas perspectivas. O antiamericanismo, assim como qualquer outro fenômeno social, se encontra sob diversas formas na realidade, dificilmente nos sendo possível encontrar casos que fossem exatamente iguais. Assim, precisávamos de algum instrumento teórico que nos permitisse enxergá-lo sob seus diferentes ângulos.

Para atacar a questão, optamos por utilizar o conceito teórico de Tipo Ideal, desenvolvido pelo sociólogo alemão Max Weber, no qual reúne-se as mais variadas características e formas de manifestação de qualquer fenômeno social para dele construir uma versão idealizada, acima da realidade. Destacamos que tal conceito de forma alguma corresponde ao que encontramos no mundo real, mas que serviria para um propósito prático: compreender as suas mais diversas manifestações empíricas de casos que antes simplesmente não cabiam em apenas uma categoria rígida, mas que agora podem ser avaliados sob uma variedade de pontos de vista.

Assim, decidimos pela construção de nosso próprio tipo ideal de antiamericanismo, selecionando as suas características mais marcantes encontradas em um universo de manifestações. Para fins práticos de compreensão, separamos essas qualidades em cinco categorias, cada uma delas representando um nível (ou dimensão) de análise. Ressaltamos que as dimensões analíticas não seriam mutuamente exclusivas entre si, uma vez que a análise de

um mesmo caso empírico poderia nos revelar a existência de expressões antiamericanas em mais de uma dimensão. Algum poderia conter elementos de somente uma dimensão analítica, enquanto outro poderia apresentar manifestações em todas as cinco categorias. Tudo dependeria das características históricas de cada caso. Assim, nosso objetivo com o tipo ideal foi utilizá-lo como ferramenta para avaliar o antiamericanismo sob várias perspectivas, compará-lo com uma seleção de casos históricos e observar como eles se comportaram dentro desse modelo.

As cinco dimensões analíticas foram formuladas ao pensarmos no contexto em que cada característica antiamericana entraria. Percebemos que algumas delas teriam motivações que iriam além da mera ação direta norte-americana, pairando sob um espectro de oposição ideológica; outras apresentariam razões econômicas para justificar algum ressentimento, como a promoção por parte dos EUA de políticas financeiras que se provariam frustradas para outras nações; outras recairiam em descontentamentos frente à massiva e por vezes inevitável penetração e absorção cultural estadunidense dentro de outras culturas; outras caracterizariam a oposição e hostilidade diante de produtos e ideias que feririam não somente os valores culturais, mas também as morais religiosas das outras nações; e, por fim, um último conjunto de características repousaria em respostas negativas e possivelmente retaliatórias a aspectos pontuais da atuação da política externa norte-americana. Assim, no segundo capítulo, estabelecemos as cinco dimensões analíticas e as nomeamos de, respectivamente, Dimensão Ideológica, Dimensão Econômica, Dimensão Cultural, Dimensão Religiosa/Moral e Dimensão de Política Externa. Para cada uma delas foi fornecido um contexto teórico, baseado em visões de autores e pensadores que anteriormente buscaram a compreensão desse fenômeno e seu significado para as políticas internacionais, especialmente quando estas envolvem aos EUA. A fim de permitir uma melhor visualização e entendimento, ao fim do capítulo colocamos um quadro resumo, destacando as características antiamericanas dentro de cada uma das esferas de análise.

No terceiro capítulo, partimos para o objetivo maior do trabalho. Selecionamos um conjunto de casos empíricos nos quais a participação norte-americana foi determinante para a proliferação de críticas e antiamericanismo. O primeiro caso foi o da Guerra do Vietnã, cuja intervenção estadunidense não somente colocou em descrédito a capacidade de seu poderio militar convencional, mas que também, em parte impulsionado pela grande cobertura do conflito pela mídia, provocou a mobilização de diversos protestos anti-guerra dentro de seu próprio território, algo impensável em tempos anteriores. O próprio antagonismo entre o comunismo e o mundo capitalista foi um fator decisivo para a motivação das forças de

resistência, com manifestações antiamericanas recaindo basicamente sob as dimensões ideológicas e de política externa. O segundo exemplo foi o do conflito de longa data entre Israel e Palestina, no qual os EUA desempenham um papel indireto, porém fundamental, ao serem os principais apoiadores do estado judaico, contribuindo com apoio diplomático em organizações internacionais e com um grande suporte financeiro. Tal conflito é uma cicatriz do mundo árabe, que se sente revoltado e injustiçado pelo que consideram ser um enclave judaico-cristão que exerce dominação sob os palestinos. Na análise desse acontecimento sob a perspectiva do tipo ideal previamente construído, percebemos que a dimensão de política externa mais uma vez teve papel central nas críticas aos EUA. Diferentemente do que foi evidenciado na análise da Guerra do Vietnã, a dimensão ideológica parece não ter sido tão determinante, ao passo que a dimensão religiosa/moral é fundamental para a criação de um antagonismo religioso e conseqüentemente para a proliferação de grupos islâmicos extremistas. O terceiro e último caso foi o da Guerra do Iraque, maior marco da doutrina antiterrorismo posto em prática pelos EUA durante o governo do presidente George W. Bush. Tal envolvimento colocou em dúvidas a questão da legalidade da invasão norte-americana, uma vez que não houve aval da ONU para tal intervenção e o maior argumento estadunidense para justificar a operação (a suposta existência de armas de destruição em massa controladas pelos iraquianos) jamais foram encontradas. Vimos como, mais uma vez, a dimensão de política externa se fez presente, trazendo à tona não somente o ressentimento natural a uma invasão militar, mas também evidenciando o tom unilateral da política externa norte-americana quando seus interesses são ameaçados. Aqui a dimensão econômica parece desempenhar um papel relevante nas críticas antiamericanas, uma vez que se denunciou um suposto interesse dos EUA nos recursos petrolíferos do Iraque.

Comparando os casos empíricos com o tipo ideal, chegamos à conclusão que a tipologia construída neste trabalho se mostrou útil para entender o antiamericanismo nos casos de guerras, mostrando características de um conflito que não podem ser identificadas em outros. Exemplo disso é a importância da dimensão religiosa/moral para os conflitos do Oriente Médio, enquanto na Guerra do Vietnã a mesma dimensão analítica não se mostrou relevante entre as críticas antiamericanas. Enquanto isso, a dimensão ideológica, de manifestação limitada nos conflitos do mundo árabe, revelou-se ser um aspecto proeminente da guerra do sudeste asiático. Por se tratarem de conflitos armados, parece natural supor que a dimensão de política externa teve expressão considerável nos três casos, enquanto a dimensão econômica apresentou alguma influência somente na Guerra do Iraque. A única dimensão na qual não se conseguiu identificar nenhuma característica significativa foi a dimensão cultural,

talvez pelo fato de que as resistências à cultura norte-americana, apesar de um eficaz catalisador de críticas, não seria motivação primordial para a eclosão de alguma guerra.

No entanto, para a validação efetiva da tipologia apresentada neste trabalho, o modelo deve ser testado como ferramenta de análise de casos empíricos de expressões do antiamericanismo além de conflitos armados, como em casos na América do Sul e na Europa. Como sugerem Katzenstein e Keohane (2006), a polivalência da América é tão grande que gera ao mesmo tempo percepções positivas e negativas sobre si no exterior; e a cultura americana, apesar de imersa nas sociedades europeia e sul-americana, também lá enfrenta resistência. Dessa maneira, a investigação de tais casos poderia ajudar a evidenciar padrões de antiamericanismos com a predominância das dimensões cultural e econômica do modelo. A aproximação com o tema indicou também a necessidade de estudos específicos sobre a influência do antiamericanismo nas relações internacionais, particularmente a formação de alianças formais ou informais que se oponham à política internacional norte-americana.

REFERÊNCIAS

- AIRES, Almeida. **Falácia Ad Hominem**. Dicionário Escolar de Filosofia. 2003. Disponível em: <<http://www.defnarede.com/f.html>>. Acesso em: 05 out. 2014.
- ANSARY, Tamim. **Destiny Disrupted: A History of the World Through Islamic Eyes**. PublicAffairs, Estados Unidos, 2009.
- BRUUN, H. H. **Science, Values and Politics in Max Weber's Methodology: New Expanded Edition**. Ashgate Publishing, 2012.
- CROTEAU, David; HOYNES, William; MILAN, Stefania. **Media/Society: Industries, Images and Audience**. SAGE, Estados Unidos, 2011.
- DICIO. **Antiamericanismo**. Dicionário Online de Português. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/antiamericanismo/>>. Acesso em: 16 jul. 2014.
- DIGITAL HISTORY. **Overview of the Vietnam War**. Disponível em: <<http://www.digitalhistory.uh.edu/era.cfm?eraID=18&smtID=1>>. Acesso em: 25 nov. 2014.
- FRONTLINE. **Chronology: The Evolution of the Bush Doctrine**. Disponível em: <<http://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/shows/iraq/etc/cron.html>>. Acesso em 05 out. 2014
- GUERLAIN, Pierre. **A Tale of Two Anti-Americanisms**. In: European Journal of American Studies, Vol 2, No 2, 2007.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Empire**. Harvard University Press, Estados Unidos, 2001.
- HEGENBERG, Leônidas; HEGENBERG, Flávio E. Novaes. **Argumentar**. E-papers, Rio de Janeiro, 2009.
- HERBERG, William. **Protestant, Catholic, Jew: An Essay in American Religious Sociology**. Doubleday, Nova Iorque, 1955.
- HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991**. Companhia das Letras, São Paulo, 2009.
- HOFFMANN, Stanley. America Goes Backward. **The New York Review of Books**, Nova Iorque, v. 50, n. 10, jun. 2003. Disponível em: <<http://www.nybooks.com/articles/archives/2003/jun/12/america-goes-backward/?pagination=false>>. Acesso em: 07 out. 2014.
- HOFFMANN, Stanley. Why Don't They Like Us? **The American Prospect**, Washington, D.C., v. 12, n. 20, nov. 2001. Disponível em: <<http://prospect.org/article/why-dont-they-us>>. Acesso em: 02 nov. 2014.

HOLLANDER, Paul. **Anti-Americanism: Irrational and Rational**. Transaction Publishers, Nova Jérsei, 1995.

HUNT, Richard A. **Melvin Laird and Nixon's Quest for a Post-Vietnam Foreign Policy**. Office of the Secretary of Defense, Estados Unidos, 2014. Disponível em: <http://history.defense.gov/Portals/70/Documents/special_studies/SpecStudy6.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2014.

JOHNSON, Chalmers. **Blowback: The Costs and Consequences of American Empire**. Holt Paperbacks, Nova Iorque, 2004.

KANE, John. American Values or Human Rights? **Presidential Studies Quarterly**, Califórnia, vol. 33, n. 4, 2003.

KATZENSTEIN, Peter J.; KEOHANE, Robert O. **Conclusion: Anti-Americanisms and the Polyvalence of America**. In: *Anti-Americanisms in World Politics*, Ithaca: Cornell University Press, 2006.

LYNCH, Marc. The Persistence of Arab Anti-Americanism: In the Middle East, Haters Gonna Hate. **Foreign Affairs**, Nova Iorque, v. 92, n. 3, mai. 2013. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/139120/marc-lynch/the-persistence-of-arab-anti-americanism>>. Acesso em: 26 nov. 2014.

O'CONNOR, Brendon. **A brief history of Anti-Americanism: from cultural criticism to Terrorism**. In: *Australasian Journal of American Studies*, p. 77-92, Julho de 2004.

PRIBERAM. **Antiamericanismo**. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/antiamericanismo>>. Acesso em: 16 jul. 2014.

SÉVENIER, Gaëlle. American Cultural Imperialism: Gift or Threat? **Entre Mundos**, Guatemala, 2002. Disponível em: <<http://gsevenier.free.fr/culturalImperialism.html>>. Acesso em 22 nov. 2014.

SCHUMAN, Howard. Two Sources of Antiwar Sentiment in America. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 78, n. 3, nov. 1972. Disponível em: <http://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/handle/2027.42/91773/Schuman-Two_Sources.pdf?sequence=1>. Acesso em: 25 nov. 2014.

SHILS, Edward A.; FINCH, Henry A. **The Methodology of the Social Sciences**. Nova Iorque, 1997.

SOCSI. **Max Weber – The Ideal Type**. Cardiff School of Social Sciences. Disponível em: <<http://www.cf.ac.uk/socsi/undergraduate/introsoc/weber7.html>>. Acesso em: 04 jul. 2014

VIZENTINI, Paulo F. **As Relações Internacionais da Ásia e da África**. Editora Vozes, Brasil, 2007.

WIKTIONARY. **Antiamericanism**. Disponível em: <<http://en.wiktionary.org/wiki/anti-Americanism>>. Acesso em: 16 jul. 2014.